



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL**

PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA
CONSELHO SUPERIOR DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

**Boletim Informativo
N.º 1/2022**

Plenário | 12.01.2022

Conselho Superior do Ministério Público

Boletim Informativo



Sumário

■ PRESENÇAS	>> 2
■ ORDEM DO DIA	>> 3
Temas de Ordem Geral / Gestão de quadros / Licenças / Autorizações	>> 3
Apreciação de Reclamações em Matéria Disciplinar	>> 4
■ ORDEM DO DIA – ADITAMENTO	>> 5
Temas de Ordem Geral / Gestão de quadros / Licenças / Autorizações	>> 5



Presenças

(Reunião realizada por meio de videoconferência, ao abrigo do disposto no artigo 5.º, n.º 1, da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de março alterada pela Lei n.º 1-A/2021, de 13 de janeiro)

■ Presidente

Senhora Procuradora-Geral da República, *Dr.ª Lucília Gago*.

■ Vogais

Procuradores-Gerais Regionais de Lisboa, Porto, Coimbra e Évora, respetivamente, *Drs. Orlando Romano, José Norberto Ferreira Martins, Tolda Pinto e Osvaldo Pina*;

Procurador-Geral-Adjunto, *Dr. José Pedro Fernandes de Oliveira Baranita*;
Procuradores da República, *Drs. Carlos José do Nascimento Teixeira, Alexandra Maria da Conceição Chicharo das Neves, António Filipe Gaspar da Costa Maciel, Ana Paula Lopes Leite, Patrícia Isabel Marques Pereira Cardoso e Maria Raquel de Carvalho Figueiredo da Mota*;

Membros eleitos pela Assembleia da República, *Drs. José Manuel Mesquita, Rui Manuel Portugal da Silva Leal, Pedro Gonçalo Roque Ângelo, Professor António Manuel Tavares de Almeida Costa e Dr.ª Vânia Gonçalves Álvares*;

Membros designados por Sua Excelência a Ministra da Justiça: *Professora Doutora Helena Marisa Pinheiro da Costa Morão e Dr. Tiago José Farinha Geraldo*.

■ Secretário

Secretariou a sessão o Secretário-Geral da Procuradoria-Geral da República, *Dr. Carlos Adérito da Silva Teixeira*.



Conselho Superior do Ministério Público

Esteve ausente o Dr. José Manuel Mesquita.

■ ORDEM DO DIA

Temas de Ordem Geral / Gestão de quadros / Licenças / Autorizações

1. O CSMP aprovou, por unanimidade, em resultado de tomar assento no órgão o novo Procurador-Geral Regional de Coimbra:
 - a integração do Dr. Tolda Pinto como membro da secção classificativa;
 - a designação do Dr. Tolda Pinto para a secção disciplinar do Centro de Estudos Judiciários.
2. *Retirado*
3. O CSMP deliberou, por maioria e escrutínio secreto, em proceder à nomeação, até à produção de efeitos do próximo movimento de magistrados do Ministério Público, do Senhor Procurador da República Dr. **Helder Renato Moreira dos Santos Cordeiro** enquanto coordenador sectorial para a área criminal afeta ao Juízo e Secção da Amadora do DIAP de Lisboa Oeste, nos termos do art.º 84.º do EMP.

Relatora: Dr.ª Patrícia Cardoso

Um Conselheiro votou contra e um Conselheiro absteve-se.



Conselho Superior do Ministério Público

Foi deliberado remeter para a secção permanente do CSMP:

Proposta de nomeação como dirigentes na comarca de Lisboa Oeste, em regime de acumulação com o serviço atribuído, dos procuradores da República:

- Lic. **Plácido Mariano Conde de Sousa Rodrigues Fernandes** – dirigente das Secções de Cascais e Oeiras do DIAP da comarca;
- Lic. **Raquel Alexandra Alves da Encarnação** – dirigente da área criminal

4. O CSMP deliberou, por maioria e escrutínio secreto, indeferir o pedido da Senhora Ministra da Justiça de autorização para renovação da nomeação, em comissão de serviço, do procurador da República Lic. **António Miguel Fernandes Madureira**, no cargo de Diretor da Diretoria do Sul da Polícia Judiciária.

Relatora: Dr.ª Vânia Álvares

Votaram contra o deferimento proposto nove Conselheiros.

Um Conselheiro absteve-se.

Em face dos resultados obtidos, procedeu-se à redistribuição do processo, ao abrigo do disposto no artigo 35.º, n.º 5, do EMP, tendo sido designado como Relator o Dr. Rui Silva Leal.

5. O CSMP aprovou, por unanimidade, nos termos do disposto nos artigos 123.º, 124.º e 125.º, n.º 3, 1.ª parte do EMP, indeferir o pedido de licença sem remuneração requerido pela Sr.ª Procuradora da República **Ana Sofia da Fonseca Santos Fernandes**.

Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota

6. O CSMP aprovou, por unanimidade, em notificar o Senhor Procurador da República, Dr. **António Joaquim Rebelo dos Reis Lamego**, nos termos do disposto no artigo 121.º do CPA para, querendo, se pronunciar sobre a sua provável exoneração automática por aplicação do disposto nos artigos 124.º, alínea e), e 126.º, n.º 11, do Estatuto do Ministério Público.

Relatora: Dr.ª Vânia Álvares

7. O CSMP aprovou, por maioria, atendendo a reclamação, deferir o pedido de autorização de manutenção do domicílio formulado pela Ex.ª Senhora Procurador-Geral Adjunta, Dr.ª **Maria José Raposo da Silva Peixoto**, na sua residência permanente sita em Ponta Delgada.

Relator: Dr. Orlando Romano

Votaram contra as Dr.ªs Patrícia Cardoso, Maria Raquel Mota, Vânia Álvares e o Dr. Silva Leal.

Não participou da votação o Dr. Osvaldo Pina.

Apreciação de Reclamações em Matéria Disciplinar

8. O CSMP aprovou, por maioria, em atender a reclamação apresentada pela Senhora Procuradora da República, do acórdão da Secção Disciplinar de 27 de outubro de 2021.

Relator: Dr.ª Ana Paula Leite

O Dr. Osvaldo Pina absteve-se.

Não participou da votação o Professor Almeida Costa.



Conselho Superior do Ministério Público

9. O CSMP aprovou, por maioria, em julgar parcialmente procedente o recurso apresentado pela procuradora da República revogando-se, em consequência, o Acórdão da Secção Disciplinar de 27 de outubro de 2021, e determinar a aplicação de uma sanção única de advertência à magistrada visada, a qual será suspensa na sua execução pelo período de 9 (nove) meses e com dispensa do seu registo.

Relator: Dr. António Filipe Maciel

O Dr. Norberto Martins votou contra.

10. O CSMP aprovou, por unanimidade, aderindo integralmente aos fundamentos do Acórdão reclamado, desatender a reclamação apresentada pelo Técnico de Justiça Auxiliar **Vítor Paulo Polónio Correia** e manter, na íntegra, aquela decisão.

Relator: Dr. Pedro Ângelo.

11. **Adiado**

Processo disciplinar em que é visada Procuradora da República – Reclamação da deliberação da Secção Disciplinar, de 10 de novembro de 2021, que deliberou aplicar a sanção disciplinar de suspensão do exercício por 120 dias.

12. **Adiado**

Processo disciplinar em que é visada Procuradora da República – Reclamação da deliberação da Secção Disciplinar, de 10 de novembro de 2021, que deliberou aplicar a sanção disciplinar única de 10 (dez) remunerações base diárias.

■ ORDEM DO DIA – ADITAMENTO

Temas de Ordem Geral / Gestão de quadros / Licenças / Autorizações

2. O CSMP deliberou, por maioria e escrutínio secreto, indeferir o requerimento apresentado pela procuradora da República Lic. **Andrea Cristina Silvestre Marques**, solicitando autorização para se candidatar ao procedimento aberto pelo EPPO para preenchimento de lugar de Perito Nacional Destacado “Legal expert in prosecution of financial crimes EPPO/2021/SNE/001”.

Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota

Votaram contra o deferimento proposto dez Conselheiros.

Três Conselheiros abstiveram-se.

Em face dos resultados obtidos, procedeu-se à redistribuição do processo, ao abrigo do disposto no artigo 35.º, n.º 5, do EMP, tendo sido designado como Relator o Dr. Carlos Teixeira.

3. O CSMP deliberou, por maioria e escrutínio secreto, indeferir o requerimento apresentado pelo procurador da República Lic. **Filipe Carlos Marta Pereira da Costa**, solicitando autorização para se candidatar ao procedimento aberto pelo EPPO para preenchimento de lugar de Perito Nacional Destacado “Legal expert in prosecution of financial crimes EPPO/2021/SNE/001”.

Relatora: Dr.ª Maria Raquel Mota

Votaram a contra o deferimento proposto dez Conselheiros.

Dois Conselheiros abstiveram-se.



Conselho Superior do Ministério Público

Em face dos resultados obtidos, procedeu-se à redistribuição do processo, ao abrigo do disposto no artigo 35.º, n.º 5, do EMP, tendo sido designado como Relator o Dr. Carlos Teixeira.

4. O CSMP aprovou, por unanimidade a delegação de poderes do Conselho Superior do Ministério Público nos Procuradores-Gerais Regionais de Évora e Coimbra.
5. O CSMP aprovou, por unanimidade, autorizar os Senhores Procuradores da República Dr. **João Paulo Centeno** e Dr.ª **Cláudia Oliveira Porto** a ministrarem ações de formação inseridas na missão de combate ao grave terrorismo em Moçambique, a ter lugar em Moçambique nos períodos compreendidos entre os dias 14 a 18 de fevereiro de 2022; 11 a 14 de abril de 2022; 18 a 29 de julho de 2022; 1 a 5 de agosto de 2022; 29 de agosto a 2 de setembro de 2022 e 5 a 8 de dezembro de 2022.

Relatora: Dr.ª Patrícia Cardoso

6. O CSMP aprovou, por unanimidade, a prorrogação da nomeação, em comissão de serviço, do Procurador-geral-adjunto Lic. **José António Ferreira Espada Niza**, que vem exercendo como Inspetor do Ministério Público, até 31 de março de 2022, de modo a finalizar o serviço a seu cargo.

O Dr. Tolda Pinto e a Dr.ª Alexandra Chícharo das Neves não intervieram neste ponto.

7. O CSMP deliberou por unanimidade a constituição de grupo de trabalho para analisar e rever a regulamentação de recrutamento de Inspetores do Ministério Público, seleção de Magistrados do Ministério Público Coordenadores e outros cargos a prover através de procedimento específico, designando para o efeito os Drs. Tolda Pinto e Osvaldo Pina e as Dr.ªs Patrícia Cardoso, Maria Raquel Mota e Vânia Álvares.

1. *Por alteração à Ordem do Dia*

O CSMP deliberou, por maioria, deferir o requerimento apresentado pelo procurador da República Lic. **João Eduardo Raposo Rodrigues Celorico Palma**, magistrado do Ministério Público coordenador da comarca de Setúbal, solicitando autorização para exercer as funções de Presidente da Mesa da Assembleia Geral do Sporting Clube de Portugal, Associação de Utilidade Pública.

Relatora: Dr.ª Patrícia Cardoso

Votaram contra o indeferimento proposto Professor Almeida Costa, as Dr.ªs Ana Paula Leite, Raquel Mota, os Drs. Carlos Teixeira, Norberto Martins, Orlando Romano, José Pedro Baranita, Rui Silva Leal, Tolda Pinto.

Absteve-se a Dr.ª Vânia Álvares.

Não participou da votação o Dr. Osvaldo Pina.

Em face dos resultados obtidos, procedeu-se à redistribuição do processo, ao abrigo do disposto no artigo 35.º, n.º 5, do EMP, tendo sido designado como Relator o Dr. Norberto Martins.

A sessão teve início às 10H00 e terminou pelas 14H45.